PROJETO DE LEI Nº _____ DE 2011
(Do Senhor MANATO)

Proíbe a efetivação de qualquer pagamento em dinheiro em espécie nas quantidades que especifica.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei proíbe o pagamento em dinheiro em espécie de faturas, boletos e cobranças em geral, de valor superior a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Art. 2º Fica proibido em todo o território nacional, a partir de 1º de julho de 2012, o pagamento em dinheiro em espécie de qualquer fatura de valor superior a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Parágrafo único O pagamento de faturas a que se refere o *caput* deste artigo inclui aquele realizado por pessoa física ou jurídica a qualquer instituição comercial, financeira, bancária, de crédito ou prestadora de serviço ou a outra pessoa física.

Art. 3º O pagamento de cobranças em desacordo com esta lei sujeitará os infratores ao pagamento de multa:

- I - equivalente a 1% do valor total da cobrança;
- II – equivalente a 2% do valor da cobrança na primeiro reincidência;
- III – equivalente a 3% e assim sucessivamente em razão da segunda e demais reincidências, até o máximo de 10% do valor da cobrança.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2012.

JUSTIFICAÇÃO

Vários países já proibiram o pagamento de faturas em dinheiro em espécie a partir de determinados valores, com o objetivo de combater a fraude. Tal medida permitiu, ainda, diminuir a taxa da economia informal em aproximadamente 6% nos países que a adotaram. Tal medida, simples e fácil de implementar, implica um substancial aumento na arrecadação, principalmente num país como o Brasil, onde 45% da população economicamente ativa não possui carteira de trabalho assinada ou trabalha por conta própria.

A medida também serve para combater a evasão de impostos, que se encontra em níveis assustadores no Brasil. Mesmo em países mais avançados nessa área, como a Itália, por exemplo, houve uma contenção na evasão de impostos generalizada declarando ilegais as transações em dinheiro em espécie em valor superior a 5.000 euros, reduzindo o limite atual de 12.500 euros – muitos sugeriram que o limite fosse de apenas 300 euros. Igualmente, a Assembléia Nacional da França também propôs a proibição de pagamentos em dinheiro em espécie acima de 3.000 euros para os consumidores, e acima de 1.100 euros para os comerciantes.

Em muitos países, notas de valor mais alto, como 500 euros ou 100 dólares são o instrumento preferido pelos fraudadores para realizar negócios à margem do Fisco. Na Espanha representam

73,15% do dinheiro total em circulação, mais que o dobro da média da Eurozona (33,54%), e junto com as notas de 200, as notas grandes equivalem a 78,05% do dinheiro total em circulação.

Além dessas preocupações, pode-se acrescentar que a diminuição de dinheiro em espécie é uma tendência mundial. Alguns preveem mesmo o fim do uso de notas e moedas em todas as transações, com a realização de pagamentos sendo feitos somente por meios eletrônicos. Esse fenômeno, além de gerar melhor arrecadação de impostos e ajudar no combate à informalidade, contribui para a segurança, uma vez que grande parte dos criminosos praticam seus delitos ao subtrair quantidades em espécie, sobretudo de mulheres e idosos. Dinheiro esse, sacado para pagamento de faturas e compras.

A tecnologia proporciona todas as condições atualmente para que, em quase todo o mundo, os pagamentos de qualquer fatura, até mesmo as de pequeno valor sejam feitas sem a necessidade de se portar dinheiro em espécie. O Brasil tem sido pioneiro em vários dispositivos eletrônicos que funcionam em lotéricas, bares, estabelecimentos comerciais os mais variados, que aceitam pagamento de faturas sem dinheiro em espécie. Atualmente os celulares já desempenham a função de cartão de crédito e essa é uma tendência que veio para ficar e se estenderá em breve a todas as camadas da população.

Diante disso, é claro que o pagamento de faturas em dinheiro em espécie não faz mais sentido hoje em dia e deve ser em breve banido totalmente. A evolução da sociedade aponta nesse sentido em todas as partes do mundo. No Brasil não é diferente. E é nesse